

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

Alexandre Rodrigues Ferreira

Um Cientista Luso - Brasileiro
na identificação da Amazônia

Separata da

REVISTA DE CULTURA DO PARÁ

ANO I — Nº 4 — AGOSTO/OUTUBRO — 1971

BELÉM - PARÁ

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS



Alexandre Rodrigues Ferreira

Um Cientista Luso - Brasileiro
na identificação da Amazônia

Separata da

REVISTA DE CULTURA DO PARÁ

ANO I — Nº 4 — AGOSTO/OUTUBRO — 1971

BELÉM - PARÁ

Um Cientista Luso - Brasileiro na Identificação da Amazônia

Conferência proferida no Salão Nobre do Conselho Estadual
de Cultura na sessão solene de 8 de setembro de 1971

ARTHUR C. FERREIRA REIS

Presidente do Conselho Federal de Cultura

A participação de Portugal nos destinos do mundo efetivou-se com o episódio dos descobrimentos, quando, através deles, assegurou a amplitude do espaço físico, e quando, por consequência, revelou naturezas, humanidades e culturas que tardavam em tornar-se de acesso menos difícil ou menos rápido. O que denominamos de europeização da terra é façanha para que Portugal deu a contribuição admirável de seus navegadores, de seus soldados, de seus trabalhadores, de seus governantes e de seus técnicos. Tôda uma ciência nova decorrente tem suas raízes nesse momento histórico e nessa aventura, que foi, como lembra mestre Silva Rêgo, “espírito e pimenta”, isto é, façanha a serviço de um ideal menos rude, mas também parte da cobiça econômica que, em nenhum momento, desacompanhou a espécie humana. O Renascimento não se pode limitar, portanto, àquela preocupação com as formas do pensamento e as formas estéticas do mundo clássico, que o medievo preservara nos conventos e mosteiros cristãos. É, igualmente, uma expressão muito nítida dessa empresa de Portugal e das outras potências que lhe seguiram a lição e, no experimentalismo das viagens e da montagem de impérios, no ultramar, o americano, o africano e o asiático, deram também a sua substancial contribuição. Os exotismos, como capítulos do Renascimento e do Humanismo, tive-

ram, assim, no que os portugueses do seiscentismo realizaram, um primeiro capítulo cheio, farto, impressionante, exotismos que bebiam nas fontes asiáticas e também nas fontes africanas e americanas.

A história da participação portuguesa para o enriquecimento do patrimônio cultural está proposta nas sínteses de Jayme Cortesão, Carlos França, Luiz de Pina (1), como de outros que se tomaram da decisão de procurá-la para a divulgação necessária. Foi expressiva, variada, ampla. Cobriu os mais distintos aspectos da atividade científica e artística da época, em demonstrativo da capacidade peninsular para a ação científica e tecnológica, como dizemos hoje. Essa contribuição, que não se limitara à revelação extasiada dos novos mundos e de suas possibilidades mais excitantes, estava na linha de uma autêntica revolução nos conhecimentos do homem face a outros homens e a outras terras. Essa contribuição não se alimentou, no entanto, no século seguinte, e portanto não se distinguiu, da mesma seiva exuberante, o que levou à conclusão, um tanto imediatista, de que Portugal estiolara, perdia, na contagem de tempo e na comparação com o que os outros povos promoviam à época, para o crescimento da cultura. Aquêlê fastigio do século XVI desaparecera, comprometendo a presença portuguesa nos destinos universais. Apontaram-se razões, somaram-se fatos, indicaram-se ausências no convívio com as novidades que reformavam, lá fora, na Europa em fermentação continuada. Portugal distanciara-se da agitação das idéias e da construção no plano científico. Certo? Não nos parece certa a conclusão. Porque, se passarmos ao Império, encontraremos nêlê, se não um afá ponderável, significativo, de alto teor científico, uma curiosidade por sabê-lo, por desvendá-lo, por interpretá-lo, por criá-lo, em têrmos de dinâmica humana, curiosidade verdadeiramente impressionante. Eram missionários, eram colonos, eram as próprias autoridades que se identificavam com o meio físico, com o meio social, e o examinavam sob os variados ângulos, criando uma literatura ultramarina, que não era apenas estética, emocional, mas pragmática, aqui entendido o pragmático como o estudo realístico do que eram os espaços e suas gentes como áreas novas e valôres a utilizar.

Uma política de sigillo fôra adotada, na fase inicial dos descobrimentos, para evitar que os outros povos, interessados na expansão, se beneficiassem, de imediato, com o que se estava a apurar. Continuava, agora talvez mais intensificada. Um inventário regular, a que se proceda, trará, porém, a resposta àquela negação tão afrontosa e tão falsa. Porque o que se pretendeu, com a negativa, lançada sôbre as preocupações filosóficas, quando houve realmente uma parada, firmados os que as estimavam e as promoviam numa escolástica ultrapassada, envolvendo erradamente todas as demais preocupações do espírito, foi além, assim, dos próprios limites da negativa. Porque, na realidade, não cessara a curiosidade pelo mundo novo em revelação. No particular do Brasil, onde, desde os primeiros momentos, século XVI, houve a indagação do que era a terra, seus solos, sua realidade física e social, essa indagação não se encerrou ou interrompeu no século XVII. Prosseguiu, e à medida que crescia o Império sulamericano, de raiz portugueza, cresciam também a curiosidade e o conhecimento. Missionários e colonos atuavam, nesse particular, com muita intensidade, sob, no entanto, a pressão da política do sigillo, que impedia, para evitar a concorrência estrangeira, perigos à soberania nacional, a divulgação do que se realizava e a que não era estranho o poder público, ao incentivar a indagação. O pragmatismo da empresa lusitana não perdia conteúdo. O que se pode afirmar, com certo fundamento, é que a essa indagação não se procedia com o rigor científico desejável, e nas mesmas proporções do passado próximo. Embora existia e não era menosprezível. Para não nos alongarmos — há um vasto noticiário geográfico sôbre as conquistas que se operavam ao longo da costa brasileira, em direção à Amazônia e ao Prata, como há também sôbre a expansão que demandava o centro-oeste da colônia. Não se fazia o mesmo com relação à África e ao Oriente? A divulgação desses textos não levará a uma conclusão diferente do que vimos sustentando até agora, eu próprio dela tendo participado também?

Se no século XVI encontramos a literatura científica rigorosa de que Portugal se orgulha muito justamente, aquela literatura com que se rasgaram novos horizontes ao conheci-

mento do mundo e decorre de ação de campo e não de pura inventiva cerebral, no século XVII ocorreu o fato, que devemos considerar, de que, com os outros povos que se iniciavam nos propósitos políticos e mercantis da formação de seus impérios coloniais, os portugueses prosseguiram, agora sem os grandes vôos do passado recente, nessa tarefa, que refletia sem a mesma curiosidade. É certo, insista-se, que faltava o ímpeto sensacional que marcara o século XVI. Agora, o exótico, o nôvo, o provocante praticamente não existia mais. A grande revelação do mundo estava realizada. O mais era o complemento natural. A curiosidade científica arrefecera materialmente.

No Brasil, começara, então, a paixão da terra. Quantos escreveram para indicá-lo ou descrevê-lo, estavam dominados pelo espetáculo radiante da excelência tropical. Dizia o cronista, por exemplo, a propósito do Amazonas: (2) — “A terra que acompanha à Ribeira é hum valle chão de mais de trezentas legoas de comprimento de grandíssima abundância fertilidade e arboredo com muitas águas e povoações até à terra que chamão de Coca, que he de montes, e logo se segue Çumação que os Castelhanos chamão da terra da Canella, por razão de certas árvores aromáticas que nella ha como grandes louros que dão hunos cachos de frutos como casulho, he a nicanella; a terra he aspera mas abundante e rica”
. “A terra promette grandes riquezas iper que como he costelação quente Oriental aonde o sol nace per cima do mar ha de aver muito cobre que ya se vay descubriendo, ouro e outros metais, esmeraldas, cristal, pedras de levar e outras presiosas, salitre e outros mineraes, e no Rio perlas, de que ya se virão e acharão bons principios”
“ha infinitas madeiras grandíssimas ha pao darco, coatiara, que quer dizer pao pintado as arvores das anhas são como castanheiros he pao amarello, pao santo, pao do Brasil, angelin, paos de rosa, pao vermelho, pao preto como evano e outras infinitas madeiras que subem ao ceo, per baixa das quase não nace mato, ate estes paos que fazem tinta vermelha, amarela, laranjada e vernis muito bom, e breu resinga e almasega, em quantidade muita seda, muito algodão e pita



Sessão solene do Conselho realizada a 8/9/971. Lançamento do livro "Obras de Domingos Antônio Raiol" — Barão de Guajará, reeditado pelo C.E.C., num só volume, e conferência proferida pelo Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis, Presidente do Conselho Federal de Cultura, subordinada ao tema "Alexandre Rodrigues Ferreira — um cientista luso-brasileiro na identificação da Amazônia". Vêm-se na bancada, da esquerda para a direita: Prof. Clóvis Moraes Rêgo, Presidente do C.E.C., Prof. Manuel Nunes Dias, da Universidade de São Paulo e Dr. Arthur Reis, pronunciando sua conferência. Na foto abaixo, parte da seleta assistência presente à referida sessão.



e berro ordinario, cal de ostras e outro barro vomo verde, e muito precioso, e tudo que não esta muy perto, vem com muita facilidade pelos Rios que todos são navegáveis”.

A literatura que despontava na centuria seiscentista, nas páginas de Bento Teixeira Pinto, Magalhães Gandavo, Anchieta, Nobrega e ia continuar nas centurias seguintes, era uma literatura em que despontava a seiva nacionalista da exaltação pelo que a natureza oferecia à contemplação e ao uso imediatista na comercialização das espécies. Um cenário paradisiaco com humanidade primária, meio inocente, imatura, provocava o entusiasmo fácil. Machado de Assis, em ensaio para revista norte-americana, revelou a tese, agora explorada por Afrânio Coutinho (3). O sentimento localista na literatura brasileira nascente provocaria a posição nacionalista que seria a grande intenção, no século XVIII, através do iluminismo, de características próprias na colônia a caminho da emancipação. Esse iluminismo, cuja crônica vem sendo escrita por Maria Odila da Silva Dias (4), foi todo realizado sob as preocupações de natureza científica visando ao conhecimento da realidade brasileira. Em todas as províncias fazia-se, na oportunidade, o balanço do que éramos, do que valíamos e do que poderíamos prometer para o futuro. Quando o Príncipe D. João chegou ao Brasil, trasladando para o Rio de Janeiro a sede da monarquia, que, dêsse modo não parecia nas mãos do invasor napoleônico, havia um vasto esforço de levantamento daquela realidade que o Monarca incentivou. Esse esforço representava o nosso Iluminismo, isto é, o Iluminismo na forma especial que adquiria no Brasil pelo conhecimento do que já podíamos representar. Porque dêle ia fluir o sentimento mais agudo da autonomia.

As Academias Literárias e Científicas que se montaram nas Capitánias valem como centros de alta receptividade à idéia de investigação do que significávamos. Nessas Academias, trabalhava-se ativamente. Como nas Sociedades Econômicas de Amigos do País, que se criaram em Espanha e se repetiam na América de cepa espanhola, com idênticos objetivos de reformulação do processo de vivência e de exame da realidade regional para as novas políticas que se deviam ado-

tar, autêntico prefácio à autonomia que se iria obter poucas décadas adiante, as Academias que se fundaram no Brasil, ao estilo da Real Academia de História e da Academia das Ciências, investigavam sem cessar. Eram ativas, dinâmicas, úteis. O que produziram começa a ser divulgado por obra da Universidade de São Paulo, em conjunto que atingirá 18 volumes, sob a direção técnica do professor Aderaldo Castelo (5).

Continuava o receio de que a divulgação do quanto se apurava fôsse prejudicial aos interesses do Estado. Havia o receio de que, em meio aos textos escritos, houvesse a distorção prejudicial à estabilidade do Estado e da Religião. As idéias heréticas em matéria política e espiritual podiam contaminar a colônia, como podiam, igualmente, contaminar o próprio Reino. A ação da censura, nesse particular, foi drástica. Seja aquela censura atribuída legalmente à Santa Inquisição, seja a outra, a que a substituiu, criada pelo Marquês, a Mesa Censitória, que defendia a segurança do poder, vigiava, no particular dos princípios religiosos, impedia a difusão das novidades de uma filosofia política prejudicial ao sistema governativo vigente. Inquisição, como inquisição religiosa ou não, a Mesa Censitória atuara no Brasil. Já se arrolam as primeiras consequências do que resultou da atuação que desempenhou. Os “Discursos Morais e Políticos”, de Feliciano de Souza Nunes, como “O Brasil por suas drogas e minas”, de Antonil, sofreram a férula da censura. Embora, o policiamento, de que se valia a autoridade, não impediu a entrada das “novidades”, representadas pelos pensadores não ibéricos. Os “estrangeirados” começavam a atuar. O país oficial, como Silva Dias (6) denomina a resistência, se não cedera nos primeiros tempos, acabou por conciliar-se com muito do que chegava e fatalmente provocaria as mudanças com que muitos sonhavam. Cabe, aqui, uma reserva à tese do obscurantismo defendida, como existente, por Mestre Hernani Cidade em “A crise mental do século XVIII” e em outros ensaios que lhe devemos (7). Na verdade, ninguém pode contestar que as cogitações filosóficas e certas atividades culturais haviam perdido o vigor. Já vimos, no entanto, que em outros setores, em especial no ultramar, procedia-se de maneira diferente. O obscurantismo não possuía as côres vivas

que se pretendeu encontrar nêle. O “país oficial” não abria janelas. Não pretendemos negá-lo. A Universidade estagnara. O “país oficial” agia indiferente ao que se criava no exterior. Escrevendo Silva Dias seu ensaio acêrca de “Portugal e a cultura européia”, deixou claro, novamente, o excessivo da afirmativa, sem negar o esfôrço oficial, para manter fechada a comunicação renovadora (8). Essa a tese que nos parece mais certa. Quando Bluteau, Verney, os Ericceiras e os Oratorianos enfrentaram o conservadorismo da Companhia de Jesus, que se mantinha firme, fiel a velhos postulados, e possuía, de certo modo até então, os destinos da inteligência portuguesa e ultramarina, na verdade iam ao encontro de aspirações latentes. Nem seria possível compreender-se a rapidez do sucesso da campanha que desfecharam contra o conservadorismo se não ocorresse a existência de ambiente que a facilitasse e garantisse. As reformas, com a reestruturação da Universidade e a laicização do ensino, refletiam êsse estado de espírito. O Marquês, “déspota esclarecido”, na nova estrutura com que transformaria radicalmente o trabalho intelectual, na verdade estava cedendo às aspirações correntes. Portugal ia voltar ao convívio com o pensamento europeu, que enriquecera nos idos seiscentistas.

O Brasil, a essa altura, experimentava profundas transformações em sua vida. A expansão territorial tomara proporções imensas, provocando o conflito entre colonos das duas áreas ibéricas por que se definia politicamente a Sul-América. Todo um gigantesco esfôrço para dominar o espaço, revelado, vinha sendo executado. Criara-se uma sociedade dinâmica e uma economia tropical, que supria mercados externos. A colônia pontilha-se de núcleos urbanos que iam do litoral a um oeste distante. O subsolo nas Minas Gerais, em Goiás e no Mato Grosso, como o pastoreio no vale do São Francisco, interior nordestino e platôs paranaenses e gaúchos, constituíam frentes de atividade econômica, completando o quadro que de base física quase continental, realizada por um contingente humano de formação mestiça, intrépida, sensível ao seu presente e ao futuro que estava elaborando.

A colônia, do ponto de vista de sua estrutura política, estava dividida em duas áreas específicas, que se haviam im-

da Amazônia, havia já cartas geográficas, como documentários, que incluíam informações sobre flora, fauna, humanidades aborígenes. Com relação a Mato Grosso, essa literatura e essa cartografia apresentavam muito menor importância, que nem por isso pode ser menosprezada. Os Capitães Gerais ali mandados governar não se tinham esquecido da tarefa e por determinação que expediram, elaboravam-se mapas e descritivos que constituíam primeiros passos na obra de identificação.

A Amazônia, é certo, constituía preocupação maior pelo exótico de sua natureza, de sua humanidade aborígene, pela produção tropical. A empresa de sua revelação assumia, por isso, proporções ponderáveis. A identificação do espaço, como nenhuma outra região da colônia, provocava um interesse quase diríamos inédito pela extensão e pelo conteúdo do trabalho. Frei Cristovam de Lisboa compusera um "Tratado dos Animais e Aves do Maranhão", só agora divulgado em esplêndida edição da Junta de Estudos Históricos do Ultramar e Arquivo Histórico Ultramarino, e em edição de menor relevo pelo Centro de Pesquisas Científicas, da Universidade Federal do Paraná. O Tratado era, realmente, uma impressionante proposição do que a natureza amazônica, representada na fauna, proporcionava como exótico e como fonte de riqueza econômica a utilizar. Aos olhos mercantis do colono e dos homens de negócio do Reino, com a perda do Oriente, encontrava-se, na Amazônia, aquela matéria prima que explicara a presença portuguesa no Continente asiático. À especiaria oriental sucedida, com grande aceitação, a "droga do sertão", do extremo-norte do Brasil. A política da porta fechada, prosseguindo sem cessar como política de segurança nacional, a essa altura sofria uma pequena interrupção. Autorizara-se de Lisboa, atendendo-se a pedido do Rei de França, a passagem, vindo de Quito, onde comandara os trabalhos de campo para a medição dos arcos do meridiano, do cientista Charles Marie de la Condamine, da Academia de Ciências de França. A viagem fizera-se sob cautelas imensas. Embora, o cientista francês pudera observar muito, como se pode constatar do que registrou em suas comunicações à Academia e em seu "Relation Abregée d'un voyage", de que se fez edição em

espanhol, um de cujos exemplares êle remeteu a amigo, o vi-gário de Ega, hoje Tefé, no Solimões.

As partidas de limites, mandados para as operações lo-cais de demarcação, recebiam incumbência da maior signifi-cação. Não se deviam restringir aos trabalhos da rotina de-marcadora, mas ampliá-las levantando roteiros, mapas, pro-cedendo a um levantamento da realidade física regional. A tarefa era gigantesca e seus resultados realmente expressi-vos. Trabalhando no empreendimento demarcatório, conse- quente ao Trato de Madrid, um corpo técnico, em operações, recebera a incumbência de prosseguir naquele levantamento. Foi também assim quando da execução do Tratado de S. Ilde-fonso. Como de vêz anterior, a massa de informações geo-gráficas, cartas, registros de fatos e aspectos peculiares da região, também impõe louvores aos que os elaboraram. Por- que tudo aquilo, representando ação política de Estado, inte-ressado em saber o que valia o Império ali, importava na me-lhor demonstração do espírito indagador, de caráter experi- mental, que marcava o momento em Portugal no tocante aos seus territórios no ultramar.

Um ato mais positivo baixou-se, na oportunidade. Marti- nho de Melo e Castro, no comando da administração nacional para os negócios do ultramar, tomara a iniciativa de mandar proceder a um rigoroso inventário do Império. E no particular do Brasil, solicitou a indicação de quem estivesse à altura de realizar a tarefa. Domingos Vandelli, mestre italiano que viera, como outros, para os trabalhos de reforma da Univer- sidade, indicou Alexandre Rodrigues Ferreira como homem para a empresa. Baiano, dr. Alexandre, como lhe chama- vam, ou o Doutor Naturalista, como aparece designado nos documentos oficiais da época, era já uma figura ilustre, in- tegrante da geração brasileira que atuava no Reino. Fôra aluno distinto na Universidade. Vandelli estimava-o e o con- siderava um exemplo muito válido entre os homens que fa- riam a revolução cultural do país.

Aceito, deram-lhe instruções, a 29 de agosto de 1783, ins- truções até o presente desconhecidas, mas que acredito não estejam perdidas. Já estavam em execução, no entanto, nor-

mas para operações de campo. Haviam sido expedidas em 1781. Eram muito claras e estavam dentro de objetivo específico : obter material para um Museu Nacional da Natureza. (9). Mas, no particular do Dr. Alexandre, o material e as notícias que foi colhendo e elaborando visavam ao Jardim Botânico de Lisboa e ao Museu de História Natural que ali se formava. Aquelas instruções, seguramente, hão de ter sido fonte para as que se expediram à “Viagem Filosófica”. Se não conhecemos o texto das Instruções que lhe devem ter expedido, encontramos uma espécie de roteiro de trabalho que é próprio se traçou e se encontra na seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro (10). Faz-se necessário recordar que o Dr. Alexandre já se fizera notar por suas cogitações e estudos acêrca da natureza em Portugal. Afirmava-se como pesquisador. Era natural a escolha, que não resultou, portanto, de qualquer preferência amiga. Se já era, desde 1780, membro da Real Academia de Ciências !

A 1º de outubro de 1783, partia de Lisboa. Viajaria no mesmo barco em que estavam embarcados o Capitão General Martinho de Souza e Albuquerque e o Bispo do Pará, Frei Caetano Brandão. Seus companheiros para as jornadas científicas eram : desenhadores José Joaquim Freire e Joaquim Codina e um jardineiro-botânico Agostinho Joaquim do Cabo. Atingiram Belém. O mundo amazônico deslumbrou-o desde o primeiro momento pondo-o em dúvida sôbre o que deveria ser a primeira preocupação. Tudo lhe parecia inédito, rico, esplêndido como natureza. Deslumbrou-se, é a expressão certa para as emoções que experimentou. Era êsse, aliás, desde os inícios do século XVII, o impacto sob que se encontravam quantos chegavam ao extremo-norte do Brasil. Só Euclides da Cunha, no século XX, sentiu desapontamento, no primeiro contacto, alterado depois para a paixão que o transformou num dos mais autênticos intérpretes da região.

O Dr. Alexandre vinha encontrar, na Amazônia, um grupo admirável de servidores do Estado, empenhados na tarefa de fixar a fronteira com as possessões da Espanha. Fram êles : Manoel da Gama Lobo d'Almada, Constantino de Chermont, João Batista Mardel, Ricardo Franco de Almeida Serra, Antonio Pires da Silva Pontes, José Simoens de Carvalho,

Francisco José de Lacerda e Almeida, Joaquim José Ferreira, Henrique João Wilkens, Eusebio Antonio de Ribeiros, Pedro Alexandrino Pinto de Souza, José Joaquim Vitorio da Costa (11).

Durante quase 10 anos, de outubro de 1783 a janeiro de 1792, quando regressou a Lisboa, na Amazônia e em Mato Grosso procedeu a uma investigação cuidadosa, que desejou ampliar, como foi o caso do Solimões, que pretendeu atingir, mas proibido pelo Reino de efetuar o trabalho. Começou pela ilha de Marajó, nas cercanias de Belém, e onde se realizava a emprêsa de criação de gado. Seguiu-se o Tocantins e após o Amapá. Daí partiu para o rio Negro, rio Branco, Madeira, Mamoré, Guaporé até Cuiabá. Por onde passou e onde demorou, coletou material, viu de olhos bem abertos, com olhos de vêr, como diríamos melhor, ouviu, informou-se, não desprezou um pormenor, nem desprezou o informante, por mais humilde que fôsse, pelo que poderia fornecer de útil à indagação a que procedia. Índios, mestiços, brancos, autoridades civis, militares, religiosos, homens de negócio, trabalhadores do extrativismo, pescadores, remadores, sertanistas, faiscadores de ouro, todo aquêle contingente humano que criava o Brasil amazônico, o Brasil interior, de florestas, das grandes águas, dos cerrados, da fronteira externa, do extrativismo vegetal e animal, da experiência agrária, do esforço urbano, da conquista, do domínio, do exercício político de soberania, tudo por êle foi analisado, entendido, proposto aos seus superiores, no que estava fazendo, no que erravam, no que acertavam, no que poderiam servir melhor. Como a natureza física, dos cursos fluviais, dos outros acidentes geográficos, da floresta com o seu sem número de espécies botânicas e animais, e além da natureza física, a natureza humana, aí compreendida a vida tribal dos grupos aborígenes que então ainda permaneciam sem a efetiva integração ao novo "status" político cultural, decorrente da presença portuguesa.

O que constituiu a produção da "Viagem Filosófica" vai ser devidamente conhecido com a edição de todas as memórias, diários, iconografia, documentação pertinente que o Conselho Federal de Cultura decidiu promover e de que já estão publicados os dois primeiros volumes da iconografia.

O "Diário da Viagem Filosófica" fôra divulgado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como algumas outras memórias. Faltava muito. Sôbre o que a "Viagem Filosófica" significara, como aventura do espirito, já se escreveram ensaios do mais variado sentido, da autoria de Emilio Goeldi, Rodolfo Garcia, Almir de Andrade, Virgilio Correa Filho, Glória Marly Duarte de Carvalho Fontes, Cory de Carvalho, Luiz da Costa Faria, Emanuel Martins, Luiz Emigdio Mello Filho, João Moagen de Oliveira, Castro Faria, Olimpio da Fonseca Filho, Alfredo da Mata, João Ribeiro Mendes, Manoel José de Miranda, Roquete Pinto, Alfredo do Vale Cabral, todos no Brasil, a que somar a contribuição, magnífica, de José Maria da Costa e Sá, Carlos França, Américo Pires de Lima, D. A. Tavares da Silva, Bettencourt Ferreira, Santos Júnior, contribuição portugueza valiosíssima pelo que proporcionou para o conhecimento da vida e da obra do luso-brasileiro de que ambas as Pátrias nos devemos orgulhar.

No desempenho da comissão, o Dr. Alexandre foi geógrafo, historiador da emprêsa de Portugal na posse efetiva da Amazônia, botânico, zoólogo, antropólogo, e até certo modo, um economista quando examinou a atividade que caracterizava a região, no capítulo do extrativismo vegetal e animal, nos ensaios cheios de sucesso da criação de gado e da experiência agrária. O problema do clima, hostil ou não, o problema da salubridade, face ao rigorismo do mesmo clima e da gama de enfermidades endêmicas e epidêmicas que podiam provocar a impossibilidade de uma permanência de homem de cepa européia, tudo foi objeto da curiosidade e do registro pormenorizado, da anotação, de constatação por parte do naturalista. Será difícil procurar algum aspecto da Amazônia que não tenha merecido o interêsse do Dr. Alexandre. Até os títulos com que Portugal sustentava o seu direito de exercer soberania no Amapá e no Rio Branco constituíram capítulos de interêsse, comprovado com as dissertações que lhe devemos e constituem, realmente, excelentes ensaios histórico-geográficos sôbre as duas frentes de conflito político.

A relação de suas memórias é vasta, a que somar o material iconográfico e as peças colhidas dos reinos animal e vegetal e remetidas a Lisboa para as coleções do Museu Nacio-

nal, onde podiam ser melhor examinadas para que se enriquecesse o conhecimento universal do que aquelas partes do Mundo Novo representavam como exótico e como realístico.

Tivesse sido divulgado todo êsse imenso cabedal de observações, divulgado na época ou mesmo pouco mais tarde e quanto passo novo teria dado o conhecimento científico no campo da fauna, da flora, da antropologia! Devemos-lhe, por exemplo, o primeiro registro do que depois provocaria tantos desfalques na população da Amazônia no "rush" da borracha — o beriberi, constatou Alfredo da Mata.

Escreveu, com muito acerto, Almir de Andrade : "O grande mal de Alexandre Rodrigues Ferreira foi o de não lhe terem lido as obras, durante o tempo em que viveu. Anos e anos decorreram, sem que se conhecessem as preciosas contribuições que nos deixou. Muitas de suas observações, encontradas nos arquivos por pesquisadores, pacientes, foram aproveitadas e apresentadas como patrimônio de terceiros". (12).

A "Viagem Filosófica", na sua minúcia vai ser revelada pelo Conselho Federal de Cultura do Brasil. Dela parece ter-se perdido muito pouco. É certo que, por ocasião da conquista francesa, sob Napoleão, do espaço físico do Portugal europeu, Geoffroy Saint Hilaire, a serviço da ciência de sua Pátria, obteve muito do vasto acervo da "Viagem", que foi levado a Paris. Êsse acervo posteriormente voltou a Lisboa, sendo cedido ao Brasil, em cuja Biblioteca Nacional se encontra recolhido. Sôbre o pretendido saque, realizado por Saint Hilaire, há estudos de Bettencourt Ferreira, que reduzem o assunto às suas legítimas proporções. Não ocorreu o saque, mas uma entrega, devidamente policiada, mais ou menos disciplinada, ao francês, do que lhe pareceu interessante nos museus portugueses.

Na edição que se inicia, confiada à diligência de José Candido de Mello Carvalho, antigo presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, ex-diretor do Museu da História Natural "Emilio Goeldi", de Belém, Pará, naturalista do Museu Nacional, os tomos que divulgarão as "Memórias" serão acom-

panhados de introduções e comentários a cargo de especialistas brasileiros. Já se encontram prontos para próxima publicação os que se referem à geografia e antropologia, sob a responsabilidade de Antonio da Rocha Penteado, especialista na Geografia Tropical da Amazônia, professor da Universidade de São Paulo, e Eduardo Galvão, chefe do setor de antropologia do Museu Paraense "Emílio Goeldi".

Quero, na oportunidade, fazer uma confissão. Desde cedo comecei a admirar e a interessar-me pelo Dr. Alexandre Lêra, unicamente, o "Diário da Viagem", como fonte para a História do Amazonas, que era a preocupação maior no início de minha carreira na área de pesquisas históricas. Quando diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, fiz proceder à cópia dos manuscritos que se guardavam na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, visando a uma futura publicação. Criei uma coleção, em que se divulgaram alguns ensaios a respeito. Era a série "Viagem Filosófica". Realizei conferências, escrevi artigos. Podem bem imaginar a alegria de que me acho possuído com a edição, que principia, e de que os dois volumes que entrego a esta Casa, são o caminho extenso que estamos realizando. Começamos a pagar uma grande dívida. O dr. Alexandre tem direito a esse gesto de justiça e de gratidão.

1 — É esse um tema que ainda não foi, no entanto, examinado na extensão necessária. É rico e dignificador da contribuição de Portugal.

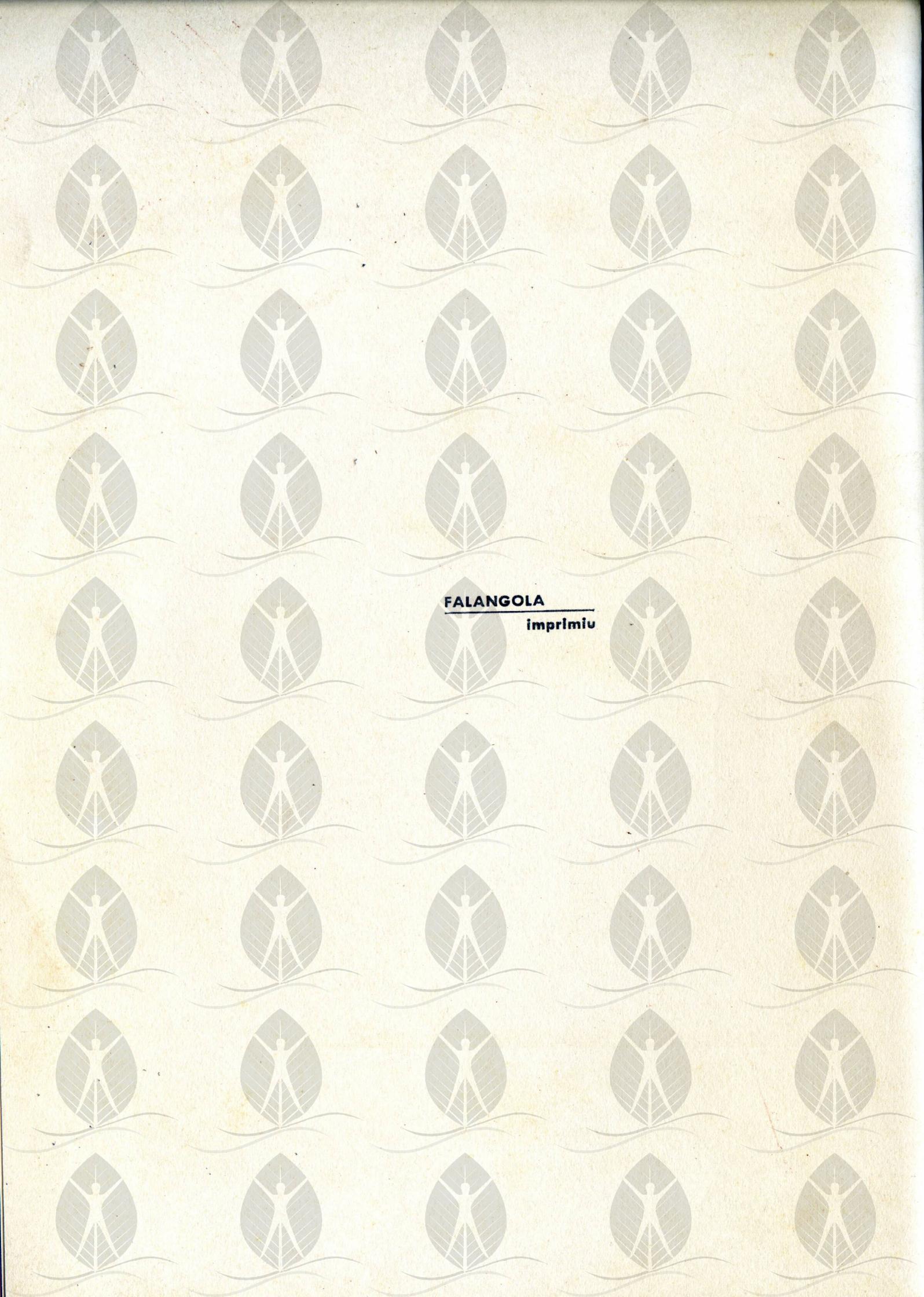
2 — Cf. Arthur Cezar Ferreira Reis "A Política de Portugal no Vale Amazônico", pág. 12/13. Belém, Pará, 1940.

3 — "A Tradição Afortunada". (O espírito da nacionalidade na crítica brasileira), Rio, 1968.

4 — Maria Odila da Silva Dias, "Aspectos da ilustração no Brasil", Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 278, Rio, 1968.

5 — Denomina-se a coleção "O Movimento Academista no Brasil".

- 6 — "Portugal e a Cultura Européia. Séculos XVI a XVII", Coimbra, 1953.
- 7 — "Crise Mental" foi incluída, posteriormente, em "Lições de Cultura e Literatura Portuguesa", 1ª vol. (Séculos XV, XVI e XVII). 4ª edição, Coimbra, 1959.
- 8 — Capítulos VII e X.
- 9 — "Breves Instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa, sôbre as remessas dos produtos e notícias pertinentes à História da Natureza, para formar um Museu Nacional". Lisboa, 1781.
- 10 — Consta do codice 1.16, 1.35 da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- 11 — Cf., de minha autoria, "A Amazônia vista pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira" pág. 324 da Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa, julho/setembro 1957.
- 12 — "Alexandre Rodrigues Ferreira e a introdução do método científico nos estudos sociais do Brasil", pág. 10. Rio, 1958.



FALANGOLA
imprimiu



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA